

## Os Pioneiros e Seu Legado na Construção da Arqueologia do Maranhão

Arkley Marques Bandeira<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo aborda a história da arqueologia do Maranhão e o papel dos pioneiros na construção do conhecimento sobre o passado. Para tanto, serão abordados dois momentos que caracterizaram a trajetória da disciplina: o Período Descritivo (séculos XVII a XIX), que produziu os relatos mais significativos sobre as populações indígenas do Estado, fonte inesgotável de inspiração e conhecimento sobre o passado local e o período Descritivo-Classificatório (século XX), onde foram registrados e descritos os principais sítios arqueológicos observados em distintas regiões do Maranhão. Além disso, caracterizou-se como um momento singular da história da arqueologia maranhense, pelo caráter pioneiro de alguns pesquisadores em abordar temas atuais, como a proteção e preservação do patrimônio arqueológico para as gerações futuras, socialização do conhecimento e ensino e pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia, História, Maranhão.*

---

**ABSTRACT:** This article discusses the history of archeology and the role the pioneers of Maranhão in the construction of knowledge about the past. To this end, two moments that will be addressed characterized the trajectory of the discipline: Description Period (XVII – XIX), which produced the most significant reports on indigenous peoples of the state, inexhaustible source of inspiration and knowledge about the local past and period Description - Qualifier (XX), which were recorded and described the main archaeological sites observed in different regions of Maranhão. Moreover, it was characterized as a singular moment in the history of archeology of Maranhão because the pioneer character of some researchers to address current issues such as the protection and preservation of archaeological heritage for future generations, knowledge socialization and education and research.

**KEY-WORDS:** *Archaeology, History, Maranhão.*

---

<sup>1</sup> Arqueólogo e Historiador. Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPG – MAE – USP), Brasil. Coordenador do Projeto Sambaquis do Maranhão e Diretor da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís – MA, Brasil. Pesquisa realizada com Bolsa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Demanda Social.

## Introdução

Compreender a arqueologia por uma perspectiva histórica é um ponto de partida fundamental para se avaliar a história de seu pensamento. A visão historicista auxilia na compreensão de sua trajetória, influenciada pelos fluxos e refluxos da filosofia das ciências.

Reconhecer que a arqueologia não é um ente isolado no âmbito das ciências ocidentais permite trilhar a história das correntes teóricas que envolvem a produção do conhecimento e, mais que isso ilustra as particularidades de sua inserção em distintos contextos.

Sobre esta perspectiva, Collingwood (1937) atestou que nenhum problema histórico deve ser estudado sem que se estude a história do pensamento histórico a seu respeito (Dunnell, 1984) e um dos primeiros esforços neste sentido foi realizado por Willey e Sabloff com a publicação de *A History of American Archeology* (1993).

Nesta obra, a história da arqueologia dos Estados Unidos foi dividida em quatro períodos, de acordo com o momento histórico: fase especulativa, fase classificatória-descritiva, fase classificatória-histórica e fase explicativa. Esforço semelhante e com uma perspectiva diferenciada foi realizado por Bruce Trigger, em *História do Pensamento Arqueológico* (2004).

Tentativas para periodização do conhecimento arqueológico foram realizadas no Brasil nas sínteses de Mendonça de Souza (1991), Prous (1992) e Funari (1999).

Para o arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza (1991), os períodos pelos quais o conhecimento arqueológico no Brasil foi ganhando corpo foram divididos em temáticas associadas ao momento histórico do país:

- Dos cronistas aos naturalistas viajantes (1500-1858);
- Dos primeiros arqueólogos brasileiros à busca de cidades perdidas (1858-1889);

- Do impulso popular à institucionalização da pesquisa (1889-1961);
- Do ensino formal à consciência de classe (1961-1985).

André Prous (1992) enfocou os períodos da arqueologia nacional relacionando-os com a produção do conhecimento e o caráter dos profissionais atuantes na área:

- Início da arqueologia brasileira (1870-1910);
- Período intermediário (1910-1950);
- Período formativo da pesquisa moderna (1950-1965);
- Período das pesquisas recentes (1965-2003).

Recentemente, Pedro Paulo Funari (1999) associou a trajetória da arqueologia no país aos períodos históricos mais significativos:

- Império (1822-1889);
- República (1889-1920);
- Anos de 1920-1940;
- Pesquisa universitária (1950-1964);
- Período militar (1964-1985);
- Tendências atuais (1985-2003).

A importância de se compreender a trajetória da arqueologia no Brasil justificou o esforço em sintetizar a história da arqueologia no Maranhão, usando como base a produção de conhecimento, mesmo que este conhecimento não tenha sido conscientemente elaborado.

Neste artigo serão abordados dois dos mais importantes momentos da história da arqueologia maranhense, particularmente, o *Período dos Relatos de Cronistas e Viajantes dos Séculos XVII e*

XVIII, que forneceu descrições pormenorizadas e produziu os relatos mais significativos sobre as populações indígenas do Maranhão, fonte inesgotável de inspiração e conhecimento sobre o passado local, mas que não tinha um cunho arqueológico.

E o *Período Descritivo-Classificatório* (século XIX e XX), onde foram registrados e descritos os principais sítios arqueológicos observados em distintas regiões do Maranhão, em um momento singular da história da arqueologia maranhense, pelo caráter pioneiro de alguns pesquisadores em abordar temas atuais, como a proteção e preservação do patrimônio arqueológico para as gerações futuras, socialização do conhecimento e ensino e pesquisa.

Em síntese, este artigo apresenta a importância da documentação histórica na produção do conhecimento arqueológico e o papel dos pioneiros e seu legado na construção da arqueologia do Maranhão.

### **Período dos Relatos de Cronistas e Viajantes dos Séculos XVII e XVIII**

O conhecimento sobre as ocupações humanas que existiram no período anterior a chegada do Europeu no Maranhão foi fundamentalmente legado por cronistas, religiosos e viajantes, que registraram para a posteridade aspectos peculiares sobre a existência dos povos indígenas e seu modo de vida, na maioria das vezes, abordando aspectos fantásticos e a aparente inferioridade destes perante os europeus.

Este momento foi denominado de Período dos Relatos de Cronistas e Viajantes dos Séculos XVII e XVIII, no qual uma gama de relatos foi produzida para distintos fins por religiosos, cronistas, viajantes e agentes públicos, que registraram aspectos naturais e culturais do Maranhão, sem a intenção de focar aquilo que seria futuramente considerado como patrimônio arqueológico e nem com intencionalidade de produzir conhecimento a respeito desses achados.

Em um primeiro momento, principalmente nos primórdios do século XVII, a curiosidade pelo “outro” foi a tônica do discurso oficial francês, para em seguida dar lugar ao aspecto colonialista e de dominação praticado pelos portugueses.

Após o desembarque dos franceses na Ilha de *Upaon Açu*, atual São Luís, foi realizada a cerimônia de posse de fundação da França Equinocial. Logo depois, uma comitiva francesa formada por Rasilly, o Barão de Sancy e os padres Claude d’Abbeville e Arsène de Paris foi incumbida de reconhecer as aldeias de toda a região. Acompanhou a comitiva um francês que já residia na Ilha do Maranhão, denominado David Migan, que serviu de intérprete e guia.

Nesta empreitada, parte dos franceses espalhou-se pelas aldeias para viver conforme o costume da terra, como *chetuasaps*, isto é, hóspedes ou compadres. A relação com os hóspedes era íntima e eram tratados como filhos, vivendo nos costumes dos indígenas, caçando e pescando (d’Évreux, 2002).

Na *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*, de Claude d’Abbeville, datada de 1616, foi relatada a chegada dos franceses na região e a existência de vinte e sete aldeias espalhadas por toda a Ilha. Além disso, hábitos e costumes dos Tupinambás foram documentados e muitos aspectos do cotidiano desses povos foram descritos (d’Abbeville, 2002).

Sobre as aldeias da Ilha de São Luís, o capuchinho relatou a existência de 27 (vinte e sete), sem contar com o Forte São Luís, situadas na ponta do rochedo, em uma praça central, conforme se segue:

Está a primeira aldeia na ponta de terra vizinha ao lugar de desembarque na Ilha Grande, vindo da Ilhazinha de Santa Ana: chama-se **Timboú**, nome significativo de raiz de uma certa árvore chamada *euue*, que serve para

embriagar os peixes. Tem esta aldeia dois principais, *Uaruma-Uaçu*, nome da árvore e dos ramos com que fazem os crivos para passar ou peneirar a farinha. Chama-se outro *Sauçuacã*, “cabeça de onça”. Chama-se a segunda aldeia de **Itapari**, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado *Metarupua*, isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo *Auati*, ou “milho negro”. A terceira aldeia é a **Carnaupió**, nome derivado da árvore carnal. Tem dois principais, chama-se o primeiro de *Marcoia-Pero*, nome derivado da casca de um fruto amargoso chamado *morgoiaue*, e o segundo *Araruçuaí*, que significa “cauda de arara”, pássaro vermelho, misturado com outras cores. Chama-se a quarta **Euaíne**, “água velha” ou água turva”. Também tem dois principais: *Uíra-Uassupinim*, pássaro grande e caçador, enfeitado de diversas cores, e o outro *Jereuuçu*, nome de certa ave. A quinta aldeia é **Itaenddaue**, isto é, “largo de pedra”. Chama-se o principal *Uaignon-Mondeuue*, “lugar onde se apanham pedras azuis”. Chama-se a sexta **Araçuí – leuue**, isto é, o bonito pássaro que tem tal nome. O principal tem o nome de *Tamano*, isto é, “Pedra Morta”. Chama-se a sétima **Pindotuue**, em vez de *Pindó*, que são as folhas das palmeiras com que cobrem suas casas. Os seus habitantes estão agora com o de *Carnaupió*, tendo o principal *Margoia-Pero*, que significa a casca amargosa de um fruto

com tal nome. A oitava aldeia chamada **Uatimbup**, raiz de timbó. Chama-se o principal Uirapoutian, “Brasil”. É um grande guerreiro, muito amigo dos franceses. Esta aldeia é vizinha do Junipará. A nova aldeia, a maior e mais saliente de todas, chama-se **Junipará**, que significa jenipapo amargo, fruto mui amargo quando não está maduro. Chama-se seu principal **Japi-Uaçu** ou simplesmente **Japiaçu**, isto é, um passarinho mosqueado de várias cores, um dos mais raros e mais bonitos da Índia. É o primeiro e o maior **Boruuichaué**, não só desta aldeia, mas também de todas a Ilha Grande. Além deste, ainda aí existem quatro principais a saber: **Jacupém**, que significa faisão, **Tatu-açu**, “fogo grande”; **Tecuaré-Ubui**, “maré de sangue”; **Paquarrabeu**, “barriga de uma paca cheia d’água”. Chama-se a décima **Toroippeep**, isto é, calçado, há dois principais nessa ilha, um chamado **Perauuiá**, “abraço de peixe”, e outro **Auapaã**, isto é, “homem que não sabe atravessar”. A undécima chama-se **Januarém**, “cão fedorento”. Tem dois principais: um chamado, **Urubuanpã**, “corvo inchado”, e outro, **Taicuiú**, nome derivado de um passarinho. A duodécima é conhecida por **Uarapirã**, “cova vermelha”. Tem por principal **Itapucusã**, que significa grillheta ou ferro com que se prendem os pés. Chama-se a décima terceira Coieup, isto é, “uma cabaça, que serve de prato”. Tem dois principais, um, chamado **Mutim** “miçanga branca”, e o outro, seu irmão, **Ouíra-uaçu**, que significa o olho de um pássaro grande. A décima quarta chama-se **Eussauap**, isto é, “lugar onde se come caranguejo”. É uma das maiores aldeias da Ilha, e onde há quatro principais. Chama-se o primeiro **Tatuaçu**, “tatu

grande”; o grande o segundo uma vez; o segundo uma vez *Corassaçu*, “pescoço comprido”, e outras *Mauariaçu*, nome tirado de um grande pássaro branco; o terceiro, *Taiaçu*, “o javali”, o quarto *Tapireuíra*, “coxa de vaca”. A décima quinta aldeia chama-se **Maracanã** – *pisip*, nome derivado da ave grande maracanã. Tem três principais, sendo o primeiro *Terere* “nome”, o segundo *Aiuru-uaçu* “papagaio grande”, o terceiro *Uara-aubuí*, “pássaro azul”. Chama-se: a décima sexta, **Taperuçu**, aldeia grande e velha, e seu principal é *Quatiare-Uçu*, “carta ou letra grande”. A décima sétima **Torupé**, “a beberagem: tem dois principais, um chamado *Uirapapeup*, “arco chato”, e outro *Carautá-uare*, “comedor de carautá”. A décima oitava, **Aqueteuye** “praça de peixe”. É seu principal *Tupiaçu*, nome derivado da cinta em que, presa ao pescoço, trazem seus filhos. A décima nona, **Caranavue** “palmeira”, e o seu principal *Boi*, “cobrazinha”. A vigésima, **leuireé** (os franceses chama de *luiRET*) “pernas finas”, e o seu principal *Canuaaçu*, “tintura”. A vigésima primeira, **Eucatu**, “água boa”, e o seu principal **Januare-uaeté**, “onça feroz”, ou o “cão grande”, bom índio e muito amigo dos franceses. A vigésima segunda, **Jeuireé**, a pequena, e o seus principais são *Canuamiri*, “tintura pequena”, e *Euuaiuantim*, “fruto picante”. A vigésima terceira, **Uri-Uaçuepé**, “lugar onde existem *macorãs*, que são peixes assim chamados, e o seu principal, *Ambuá-açu*, nome derivado de uma espécie de baga, que tem um pé de comprimento. A vigésima quarta, **Maiue** ou **Maioba**, “nome de certas folhas de árvores muito compridas e largas”.



Tem dois principais, um, *Jacuparim*, “faisão adunco”, e o outro, *Juantim*, “cachorro branco”. A vigésima quinta, *Pacuri-euue*, “árvore de bacuri, e o seu principal, *Taiapuã*, “raiz grossa”. A vigésima sexta, *Euapar* “água torcida”, e o principal, *Tocaiacu*, “galinheiro grande”. A vigésima sétima, *Meuroti-euue*, “cacete ou árvore de palmeira” e o seu principal, *Conronron-açu* “grande roncador” (grifo nosso) (d’Abbeville, 2002, p. 185-88).

Outro capuchinho presente na missão francesa foi o Padre Ives d’Evreux, que relatou suas memórias no Maranhão e o comportamento dos Tupinambás para com os franceses na obra *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. O religioso observou os hábitos alimentares dos Tupinambás e descreveu uma pescaria, na qual “apareceram em minha casa muitos selvagens esfaimados, vindos de pescaria, na qual apanharam somente um caranguejo, que assaram sobre carvões” (d’Évreux, 2002, p. 71).

Tais relatos são as principais fontes dos Seiscentos para entender a relação estabelecida entre os indígenas e os franceses, no curto período em que a França dominou o Maranhão, tornando-se um instrumento valioso para correlações entre a fonte escrita e a localização das Tupinambás na Ilha de São Luís e regiões vizinhas.

Entre os relatos portugueses, a principal contribuição para a temática indígena e arqueológica foi publicada duzentos anos após os relatos franceses, em *Itinerário da Província do Maranhão*, do tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, Antônio Bernardino Pereira do Lago, escrito provavelmente em 1820.

Este militar relatou suas andanças pela região da Baixada Maranhense, principalmente as vilas de Viana e Monção, apontando a existência de aldeias indígenas e de vestígios de antigas habitações que chamaram a sua atenção:

Com este comunicam sete lagos (ou charcos, e alguns no estado do de Pinheiro), que são o Aquiri, Cajari, Capivari, Muritiatá, Maracaçumé, e dos Fugidos e das Itans (estes dois só no inverno), o mais distante a 3 léguas, e o maior, que é o Maracaçumé, com 2 por 1 de largura, todos abundantes de peixe e de caça, porém só o de Viana e o Aquiri estão limpos [...]. Na beira deste lago (Cajari), em partes que de inverno se cobre d'água, aparecem restos e sinais de que ali avia edifícios e até alinhados em forma de rua (Lago, 2001a, p. 40).

Em outra obra do mesmo autor, *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, publicada originalmente em 1822, afirmou que:

[...] nas cabeceiras do rio Pindaré, como são terras infestadas de índios selvagens, nos são desconhecidas; é certo aparecerem restos de uma estrada que, para aqueles lugares fizeram os padres da Companhia, começada do Lago Cajari, onde ainda em 1820, vimos sinais de alicerces ter ali havido casas [...] (Lago, 2001b, p. 20).

Para o Sul do Maranhão, os movimentos colonizadores ocorridos na região vieram do Nordeste brasileiro, principalmente, Piauí, Bahia e Pernambuco, patrocinados pela Casa da Torre. Estas “entradas” atravessaram o sertão nordestino e instalaram-se no Piauí e posteriormente adentraram no Maranhão, com fixação de colonos na localidade conhecida como Pastos Bons.

Outras iniciativas partiram do Governo Provincial, no intuito de estabelecer suas fronteiras, mapear rios e marcos geográficos na porção sul do Maranhão, conforme Carta Régia de 12 de março de

1798, que ordenou a Sebastião Gomes da Silva Belford proceder com atividades demarcatórias.

O roteiro de viagem de Belford partiu de São Luís em direção ao Rio de Janeiro, passando pelo Arraial do Príncipe regente, no Julgado de Pastos Bons, navegando por alguns rios, como o Itapecuru, e passando por várias estradas até alcançar o rio Tocantins, para daí seguir caminho pelo Goiás até a capital, Rio de Janeiro.

Outro profundo conhecedor do sertão maranhense foi Francisco de Paula Ribeiro, um dos principais desbravadores dos sertões maranhenses, que em 1815, realizou um roteiro de viagem às fronteiras das capitanias do Maranhão e Goiás, relatando dados dessa região e enfocando a presença de grupos indígenas por todo o trajeto.

Navegando pelo Itapecuru, Paula Ribeiro partiu de sua foz em 1815 e após 27 dias de viagem chegou a Caxias, onde deu prosseguimento sempre próximo ao rio Itapecuru até os domínios do distrito de Pastos Bons e sua sede. Daí seguiu viagem em direção ao rio Neves, atravessando algumas fazendas até chegar a São Pedro de Alcântara, atual Carolina (Franklin, 2005).

A documentação oficial produzida pela administração pública informou também sobre o percurso histórico por toda a região não litorânea maranhense, onde o choque das levas colonizadoras com os povos indígenas foi inevitável. Em todos os relatos consultados, a presença indígena e seus hábitos e costumes estão presentes.

De particular importância para a arqueologia do Maranhão foi o relato elaborado por Paula Ribeiro, em 1819, denominado de *Memória sobre as Nações Gentias que Presentemente Habitam o Continente do Maranhão*. A obra informou sobre as tribos mais conhecidas, suas hostilidades sobre os habitantes, às causas que lhes têm dificultado a redução e os métodos que poderão reduzi-las. Além disso, situa geograficamente as das aldeias e a proximidade com as vilas e fazendas da região.

Para a região tocantina, até o século XIX o povoamento do Maranhão se resumia à faixa litorânea e umas poucas vilas às margens dos rios Mearim, Pindaré, Itapecuru e Paranaíba. Havia completo desconhecimento sobre o vasto território do oeste maranhense, intensamente povoado pelas temidas nações indígenas, em sua maioria, timbiras (Franklin, 2005).

Segundo Edelvira Barros o reconhecimento do rio Tocantins por parte dos Jesuítas se deu com o estabelecimento às margens deste, em uma imensa propriedade da Coroa Portuguesa, onde se encontram as cidades de Açailândia, Imperatriz e João Lisboa, onde administraram duas sedes: uma na beira do rio, denominada de Campos dos Frades e outra no pé da serra, denominada de Serra Grande. Esta última aldeavam índios Gaviões (Barros, 1996).

Na primeira metade do século XIX, quando se intensificou o processo de povoamento do sul do Maranhão, dezenas de nações indígenas habitavam esse território, sendo que Paula Ribeiro relatou a presença dos Amanajós, Angetgês, Apinajés, Augutgês, Canaquetgês, Capiocrãs, Gamelas, Guajajaras, Macamecrãs, Nocoagês, Piocobgês (gaviões), poncatgê (krikatis), ponecras, Puremocrãs, Sacamecrãs, Tacamedus, Xavantes e Xerentes (Franklin & Carvalho, 2007).

Em síntese, os relatos dos Seiscentos, Setecentos e Oitocentos são as principais fontes de referência para compreensão da presença indígena e o seu legado em distintas regiões do Estado. Tais relatos são fontes imprescindíveis para o conhecimento das muitas etnias que ocuparam este território e são atualmente incorporados como documentos para História, Antropologia e Arqueologia maranhenses.

### **O Período Descritivo – Classificatório (século XX)**

O período descritivo – classificatório coincide com que o arqueólogo André Prous (1992) denominou de período *intermediário* para a arqueologia praticada em um determinado

momento do Brasil. Segundo ele, este período se estendeu entre 1910 e 1950 e foi caracterizado pela existência de pesquisas praticadas por pessoas interessadas, pertencentes a profissões diversas, mas sem formação científica especializada<sup>2</sup>.

Apesar do recorte de Prous se deter aos dois primeiros quartos do século XIX, no Maranhão, a obra *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, o cronista César Augusto Marques citou que os primeiros apontamentos sobre a existência de sítios arqueológicos no Maranhão ocorreram já no século XIX.

Na edição revista e ampliada do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, feitas por Antônio Lopes e Jomar Moraes (2008) foi registrada a existência de sítios indígenas na Ilha, descobertos pelo padre José Inácio Portugal, em 1857:

Em 1857, o pe. José Inácio Portugal, vigário de São José dos Índios, informou acerca desta freguesia ao Dr. Antônio Rego, como se lê no Almanaque do Maranhão para 1858, organizado por este polígrafo maranhense:/ “abundam cascas de sernambi por toda a parte, havendo-as em grande cópia nos cabeços dos morros, o que denuncia ter sido este terreno inundado em remotas eras por algum dilúvio parcial” (Marques, 2008, p. 143).

Outras informações sobre o passado indígena foram registradas por pesquisadores ilustres que conheceram a Ilha de São Luís e apontaram a existência de sítios arqueológicos. Em artigo

---

<sup>2</sup> Na dissertação de mestrado de Bandeira essa afirmação foi interpretada por alguns acadêmicos locais como prepotente, e que denotaria um desinteresse da intelectualidade maranhense acerca da arqueologia, a exemplo do artigo “*Um achado archeológico*”: o IHGM e a pesquisa arqueológica no Maranhão (Vaz, 2011). A retomada deste tema é a confirmação que a perspectiva historicista adotada pelo autor deste artigo é de fundamental importância para compreender os caminhos trilhados pela pesquisa arqueológica no Estado, independentemente do posto e/ou titulação acadêmica ocupada pelos estudiosos (Bandeira, 2013).

*Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870)*, Lúcio M. Ferreira afirmou sobre a descrição de sítios arqueológicos feitos por Francisco Adolfo Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, como se segue:

[...] estreitou de forma mais incisiva a relação entre Etnografia e Arqueologia. Perceba-se, por exemplo, a mesma linha decrescente do método: a Etnografia e o estudo das línguas indígenas levariam às imigrações, que por sua vez desembocariam na Arqueologia. Esta preocupação com a Arqueologia levou-o a comentar os “últimos achados arqueológicos”: machados líticos, igaçabas, vestígios cerâmicos, etc. Levou-o também a descrever com muita segurança um sambaqui, visto por ele no Maranhão. Nota-se sua precaução em determinar que o sambaqui é um “mausoléu”, e não uma cidade encantada[...] (Ferreira, 1999, p. 23).

Sobre esse aspecto, Varnhagen citou:

O uso de preparar taes provisões era um dos com que mais se distinguiam os Caribes do norte, que, para esse fim, effectuavam até expedições á ilha *Anegaã*, uma das menores Antilhas, ainda hoje mui abundante de taes mariscos. Se durante esta pescaria morria algum companheiro, lhe davam sepultura no próprio monte das cascas d'ostras. Assim pelo menos se podem explicar essas *casqueiras* ou *ostreiras* descobertas no littoral com ossadas humanas, e ja cobertas até de arvores seculares. Taes casqueiras, chamadas ainda

nas províncias do norte *sernambitibas* ou *sernambi-teuas*, constituem hoje, para quem as possui, uma verdadeira riqueza, pela facilidade com que dellas se extrahê a cal. Semelhantes *ostreiras* se encontram ainda nos territórios scandinavos, no norte da Europa e em ilhas do mar Egêo (Varnhagen, 1978, p. 34).

Segundo Marques (2008), em diversas localidades da Ilha de São Luís foram observadas concentrações de conchas, consideradas pelo autor como antigos aldeamentos indígenas, posteriormente denominados pelos arqueólogos de sambaquis. Este autor relatou que o pioneiro nesses estudos foi o geógrafo e naturalista Raimundo Lopes<sup>3</sup>, conforme citação:

O primeiro sambaqui maranhense foi identificado na Ilha do Maranhão, lugar Maiobinha, à beira da estrada de São Luís para São José de Ribamar, na ocasião da escavação, ali, de poço para água num dos sítios locais. Estudaram-se Raimundo Lopes e o eng. Antônio Dias, seu colega de preparatórios do Liceu Maranhense e geologista e mineralogista. Mais tarde Raimundo Lopes estudou outro no lugar Pindaí, à margem da mesma estrada; o de Maropóia, perto de São José de Ribamar, o de Pau Deitado, à margem esquerda do igarapé da Vila, e outros (Marques, 2008, p. 143).

Outro eminente pesquisador que relatou sítios arqueológicos na região da Maiobinha foi o etnógrafo alemão Curt Nimuendajú, que em correspondência ao Sr. Carlos Estevão de

---

<sup>3</sup> Raimundo Lopes é maranhense, natural de Viana, nascido em 28 de setembro de 1894, filho de Manuel Lopes da Cunha e de Maria de Jesus Souza Lopes da Cunha.

Oliveira escreveu, em carta de 23 de setembro de 1928, sobre sítios arqueológicos na Ilha de São Luís:

Hoje, porém como é domingo, resolvi dar um passeio. Tomei a Kodak embaixo do braço e fui com o bonde para o Anil. De lá continuei a pé a esmo pela estrada afora que vai a São José de Ribamar. Capoeiras, sítios sonolentos, um negro com um cofo, poeira, duas negrinhas, areia, um solão abraçador, uma negra com um cofo, etc. etc. O passeio começou a enfadar-me e pensei em voltar. Mas, de repente: - ?! - !!! Cacos de louça de índio!!! O chão todo salpicado de fragmentos de conchílios!!! Tudo isso nos barrancos ao lado da estrada onde passava placidamente um negro velho com dois cofos:

“Hein, colega? Como se chama este lugar aqui?”

“Maiobinha”

Sem ter a menor intenção de me ocupar com investigações arqueológicas eu tinha dado de nariz no Sambaquí da Maiobinha!

Eu me lembrava malmente que Raimundo Lopes (aí tinha rebentado o cordão da máquina, de maneira que só pude continuar a carta [...]) (Nimuendajú, 2000, p.18).

Na continuação da carta ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, o pesquisador retomou a descrição sobre o sambaquí da Maiobinha em 26 de setembro de 1928:

Pois como eu ia dizendo: só tinha uma vaga lembrança que Lopes mencionava este sambaquí no seu trabalho sobre as estearias. Resultado: consegui num só sítio um monte de cacos pintados provenientes de uma igaçaba.



O velho que descobriu ela teve a péssima lembrança de soltar diversos “Diabos” quando tirou-a do buraco. Conseqüência: o dinheiro virou todo em obra de 1 quilo de pó amarelo, e o velho, justamente indignado com esta transformação, vingou-se na igaçaba bem vingado, quebrando-a bem miudinha. Mesmo assim achei muito interessantes ornamentos naqueles cacos. Consistem de labirintos e volutas de linhas e pontinhos de tinta preta sobre fundo de esmalte branco, e barras vermelhas. Arrumei mais três instrumentos de pedra. Estas coisas foram encontradas na beira do dito sambaqui. A louça que se acha misturada com os conchílios é quase toda lisa e, quando enfeitada, os ornamentos são gravados. Disseram-me que foram encontradas outras igaçabas lisas e sem pintura dentro do próprio sambaqui. Todas as igaçabas aí encontradas serviram para enterro secundário: aquela da qual eu trouxe os fragmentos podia ter tido uns 60 cm de diâmetro no máximo. Todas pertencem claramente às (diversas?) populações pré-tupi da Ilha (Nimuendaju, 2000, p.118).

Em concomitância com as descobertas de Nimuendajú, o geógrafo e naturalista Raimundo Lopes já havia publicado os achados arqueológicos na Maiobinha em *O Torrão Maranhense*, e posteriormente em *Uma região tropical* e *Antrogeografia*, ambos relançados recentemente.

Além disso, Raimundo Lopes escreveu vários artigos de interesse para a arqueologia e antropologia, a exemplo de *Os Fortes coloniais de São Luís*; *A origem da cidade antiga*; *Entre a Amazônia e o Sertão*; *O homem em face da natureza*; *Ensaio etnológico sobre o povo brasileiro*; *Os Tupis do Gurupi*; *A natureza e os monumentos*

*culturais; Pesquisa etnológica sobre a brasileira no Maranhão; Brasilidade e primitividade, A pesca no Norte do Brasil*, entre outros.

Raimundo Lopes foi membro fundador da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e foi pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Na última fase acadêmica, antes de seu prematuro falecimento em 8 de setembro de 1941, iniciou uma série de estudos arqueológicos e etnográficos no Maranhão, sendo que em uma de suas publicações, *A Civilização lacustre do Brasil* (1924), descreveu a existência de sítios pré-históricos na baixada maranhense assentados em esteios, denominados de estearias<sup>4</sup> e de sambaquis em diversas regiões do Maranhão, em especial na Ilha de São Luís.

As descrições de Raimundo Lopes foram importantes para identificação e caracterização de vários sítios arqueológicos que foram estudados mais de 50 anos mais tarde. Um exemplo são as estearias do Maranhão, que ele descreve:

Jazidas palafíticas, exploradas pelo autor deste livro, estão em condições relativas de conservação natural e difíceis de melhorar, pois ficam situadas em águas ou variam de nível enormemente, em trechos acessíveis e até favoráveis à pesca. E mesmo está uma das circunstâncias mais elucidativas quanto às causas prováveis de localização das mesmas jazidas, sempre próximas de poções piscosas, de tal modo que, no lago do Caboclo (no rio Turi) os pescadores em cuja companhia

---

<sup>4</sup> Estearia ou Esteirias é um tipo de assentamento pré-histórico. Habitação lacustre construída sobre estacas (casas pernaltas, palafitas) (Souza, 1997). “As esteirias lacustres do Cajuri e o Pericumã (encantado) e a maior parte do rio Turi apresentam cerâmica pintada e modelada com figuras de animais, e acidentalmente ornatos gravados e (no Turi) figuras humanas e formas ditas ‘arcaicas’, isto é, esquemáticas. A estearia do lago do Sousa, entretanto, tem uma cerâmica com ornatos gravados, sem pinturas, e diferente tanto nos motivos como no aspecto do barro, de todas as outras que se conhecem na região” (Lopes, 1970, p. 183).

andávamos, vinham fechar a rede no lugar onde fazíamos a pesquisa (Lopes, 2007, p. 250-51).

Sobre os sambaquis da Ilha de São Luís, Lopes relatou em *Uma região tropical* (1970):

Os sambaquis da Maiobinha e Pindaí, por nós estudados ficam ambos no interior da Ilha do Maranhão. O da Maiobinha, na zona das cabeceiras desse rio e a 8,5km da costa livre e a 10 km do alcance da maré no vale do rio e a 3,5 km da vila do Anil, aonde chega a maré, mas as águas são contravertentes às do lugar do sambaqui – é o mais eloqüente atestado, em contraste com a atual invasão do mar, de um antigo “recoo da linha da costa”, pois a sua camada, mais ou menos uniforme, de conchas marinhas de 2 a 2,5m de espessura, apresenta vestígios arqueológicos numerosos mas só na parte superior. O do Pindaí, no vale do rio São João, tem características análogas; são, pois sambaquis mistos de superposição normal, de vestígios arqueológicos a antigo banco de concha natural. Os sambaquis, os dados geológicos e a coexistência atual, na Ilha, de uma costa com altas dunas (ao norte) e de esteiros, de mangais, levam-nos a ver, nas transformações desses litorais, uma luta constante e multissecular, com fases de maior sedimentação, correspondentes às de clima mais sêco, e nas quais o tipo de costa arenosa, de sedimentação eólica, ganhou terreno sobre o da costa vasosa, de erosão estuarina (Lopes, 1970, p. 22).

Sobre a cerâmica observada nos sambaquis de São Luís ele informou:

A cerâmica dos sambaquis maranhenses é de técnica mais rudimentar que a da maior parte das estearias ou a dos tupis históricos (cemitério do Cutim do Padre, pesquisas de Antônio Lopes e Braulino de Carvalho). Com efeito não encontramos nos sambaquis cerâmica pintada, mas apenas gravada, com bordas marcadas a dedos, raspagens, etc., formando estas desenhos geométricos. Achamos também (no da Maiobinha) uma cabeça de animal (Lopes, 1970, p. 183).

Sobre o material lítico observado na Ilha de São Luís ele informou:

Apesar da presença no sambaqui da Maiobinha, de uma espécie de ralador de pedra lascada (quartzito) análogo aos da Patagônia e a certo tipo de solutrense europeu, a presença de machados de pedra alisada e a cerâmica afastam qualquer ligação entre as nossas jazidas e o paleolítico ou mesmo o protoneolítico europeu; tais formas são meros resíduos de tipos primitivos comuns aos dois continentes, no seio de culturas relativamente recentes (Lopes, 1970, p. 184).

Além de informações essenciais para a caracterização do Sambaqui da Maiobinha, Raimundo Lopes (1970) correlacionou aspectos geográficos com a inserção do sítio na paisagem:

Com efeito, pode-se admitir que os sambaquis da ilha do Maranhão, particularmente o da Maiobinha, tão distanciado do mar e formado

de uma camada de conchas e areia, inteiramente natural e à qual está superposta a camada mista de conchas e artefatos, com um estabelecimento humano sôbre uma praia conchilífera foram depositados ao fim de um período de avanço do mar (é claro que já no tempo geológico recente) seguindo-se a fase de sedimentação que aterrou os vales dessa ilha (Lopes, 1970, p. 184).

Em artigo publicado na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1937, o pesquisador apontou para o risco de destruição dos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís, particularmente o sambaqui da Maiobinha, causado pelo crescimento da cidade de São Luís em direção à Baía de São José:

No caso especial da Maiobinha, o sambaqui, situado à distância de uma légua apenas da vila suburbana do Anil, que é atualmente o ponto terminal dos bondes da capital maranhense, presta-se admiravelmente ao papel de jazida típica e até turística. A melhoria da estrada que por ele passa, assim como, pelo sambaqui do Pindaí, e termina em S. José de Ribamar, onde se celebra tradicional romaria, seria a providência primordial. A construção de um pouso na Maiobinha e de uma estrada que, demandando a belíssima praia do Olho d'Água, completasse a rede rodoviária local, seria o bastante para dar ao interior da Ilha uma acessibilidade econômica e turística de grande alcance para o desenvolvimento da cidade. O preparo, no talude à beira da estrada, de um córte do sambaqui onde pudessem ser vistas as suas camadas características, sob abrigo conveniente, ficando o resto protegido por um revestimento relvoso, faria dessa jazida uma

verdadeira lição prática sobre a natureza e as origens indígenas (Lopes, 1937, p. 88).

Nesta mesma publicação, a preocupação com o Sambaqui da Maiobinha é expressa por outra pesquisadora:

Em São Luíz do Maranhão, foi demolida pela estrada parte do sambaqui da Maiobinha, estudado pelo sr. Raimundo Lopes, e que revela interesse singular, na série de variantes que os conchais representam (Torres, 1937, p. 18).

Em *Antropogeografia*, obra síntese de Raimundo Lopes (2007), o risco de destruição dos sambaquis da Ilha de São Luís é novamente ressaltado:

A situação de muitos dêsses sambaquis, longe da costa, em pleno mato, e nos da Ilha do Maranhão, a disposição de uma camada arenosa de conchas de Vênus, sob a camada misturada de terra vegetal, conchas e artefatos, demonstra a antiguidade relativa, geo-arqueológica dêsses depósitos e sua interessante formação, em relação com uma fase de acréscimo do litoral. Em tais sambaquis, o perigo é menos das caieiras, que das roças, pois, sendo os nossos olhos, muitas vezes pobres em cal, a terra, em tais lugares, é das melhores da região (Lopes, 2007, p. 253).

Sobre as medidas para proteção dos sambaquis da Ilha de São Luís, Raimundo Lopes (1937, p. 94) recomendou: “impõem-se urgentemente, a proibição de caieiras e quaisquer depredações nos sambaquis e outras jazidas contendo crânios e artefactos indígenas. Indicamos como especialmente digno de urgentes providências e

medidas complementares, o sambaqui da Maiobinha, no Maranhão”.

Sobre outros sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, Raimundo Lopes (1970) mencionou a existência do Cemitério do Cutim do Padre, localizado próximo ao atual bairro do Anil. Este sítio também foi referenciado por Marques (2008).

Avançando sobre os pioneiros na identificação de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, em 1926 foi encontrada uma nota foi publicada no primeiro volume da *Revista trimestral do Instituto de Historia e Geographia do Maranhão*, com o título *Achado Archeologico*, de autoria do então diretor da revista, Antônio Lopes da Cunha, irmão de Raimundo Lopes:

O Snr. Dr. Franklin Ribeiro Viégas, um investigador paciente da flora maranhense, communicava ha pouco, ao director desta Revista haver o Snr. Euclides Gomes da Silva, morador do sitio da Snra. D. Luísa Soares Ferreira, que fica ao lado esquerdo da estrada carroçável para o Anil, a alguns metros para além da ponte sobre o riacho Cutim, achado umas antigalhas curiosas quando realizava alli escavações para plantar um bananal. O Dr. Antônio Lopes dirigiu-se ao lugar indicado, como o Dr. Viégas e lá, em companhia ainda do agricultor já referido e dos Snrs. José A. da Silva Guimarães e Luíz Aranha, achou alguns vasos de barro, dos quaes o maior tem uns 50 centímetros de diâmetro médio, machados de pedra e collares de contas extrahídos pelos trabalhadores da plantação, declarando-lhe o proprietário desta que os vasos estavam cheios de ossos tão decompostos, que os trabalhadores, na ância de encontrar dinheiro

sob a camada de terra que os recobria, esfarelaram na sua ausencia. Alguns fragmentos desses ossos foram recolhidos. Em pesquisa realizada na ocasião da visita do Dr. Antônio Lopes ao local foram encontrados, a alguns metros da superfície do solo, outros machados de pedra, cascas de ostra (o terreno é todo capeado de uma espessa camada onde ellas são abundantes), contas esparsas, restos de carvão. Do material recolhido remetteu-se uma parte ao Professor Raymundo Lopes, no Rio de Janeiro, a fim de o estudar. O Snr. Dr. Abranches de Moura levantará um croqui do lugar, de modo a precisar a situação topographica. Não é incrível que se trate de mais um sambaqui, mas devemos aguardar que se pronuncie sobre o material que lhe foi remittido nosso illustrado conterraneo, o professor Raymundo Lopes. A hipothese mais simples de um cemiterio de indios não é inviável e mesmo nesta o material deve ser reputado muito antigo, porquanto desde o século XVII não há indios em estado selvagem usando armas de pedra na Ilha do Maranhão. O mais curioso do achado é constituído, porém, pelos collares e contas esparsas pelo feito e qualidade do vidro que são fabricados (Lopes da Cunha, 1926, p. 77).

Segundo Antônio Lopes da Cunha, em nota complementar no *Dicionário Histórico - Geográfico da Província do Maranhão* (2008), todo o material arqueológico coletado no Cutim do Padre foi depositado no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão:

O material foi recolhido ao Instituto de História e Geografia do Maranhão. Raimundo Lopes classificou esta jazida arqueológica como enterratório indígena dos tupis, escrevendo na



memória A Natureza e os Monumentos Culturais: “entre esses enterratórios destacam-se os dos tupinambás, entre os quais, o do Cutim, com vasos de barro e pérolas de vidro” (pesquisas de Antônio Lopes e João Braulino de Carvalho) (Lopes da Cunha, p. 143).

Raimundo Lopes (1970) retomou a descrição do sítio arqueológico Cutim do Padre, com base na observação da cultura material coletada por seus colegas:

A cerâmica do Cemitério do Cutim do Padre é análoga à cerâmica Tupi do litoral e do Sul (v. g. a. da jazida de Piranga (H. A. Tôrres) e as figuradas em *La Civilization matérielle des Tupy-Guarany*, de Metreaux. Nesse enterratório encontram-se, em conexão com as respectivas urnas, muitas pérolas “de vidro” e miçangas menores que fazem pender a nossa opinião no sentido da origem pós-colonial e sobretudo franco-normada, de tais artefatos no Brasil (Lopes, 1970, p. 184).

Em *Nota sobre a arqueologia da Ilha de S. Luís*, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em 1957, o sítio do Cutim é novamente referenciado por João Braulino de Carvalho, que realizou a coleta do material arqueológico, juntamente com Antônio Lopes:

Em escavações praticadas por mim, com Antônio Lopes, na antiga Ilha Grande, encontramos precioso material, pela sua raridade. Na valiosa coleção de urnas encontradas, todas em forma de alguidares, apresentando em sua ornamentação, zonas de punção, principalmente na face externa

próxima à abertura. Desenhos circulares, volutas de traços finíssimos. Na face interna duas faixas circulares, vermelhas (urucú) na altura do terço inferior. O conteúdo dessas urnas era cinza e fragmentos de ossos. Em uma delas os ossos estavam mais conservados. Dentro deste e pertencente a uma moça, encontramos um colar de contas de vidro. São lapidadas, apresentado a forma hexagonal, de cores vermelhas, azul escuro e uma franja branca. Em todas havia um orifício na parte central. São estas contas famosas ‘pérolas de Veneza’, assim, chamadas por serem fabricadas em Veneza” (Carvalho, 1956, p. 7).

Sobre a idade do sítio arqueológico, o autor afirmou: “somos de parecer que a urna contendo ‘Pérolas de Veneza’ pertencente à Jovem do Cutim Grande, tem cerca de 400 anos” (Carvalho, 1956, p. 7).

A evidenciação de um rico patrimônio arqueológico na Ilha de São Luís coincidiu com as primeiras iniciativas de criação de organizações científicas, culturais e literárias no Maranhão, a exemplo da Academia Maranhense de Letras<sup>5</sup> e do Instituto de Historia e Geographia do Maranhão, posteriormente transformado em Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A Academia Maranhense de Letras foi fundada em 10 de agosto de 1908, por um grupo de literatos, liderado por Antônio Lobo, Alfredo de Assis Castro, Astolfo Marques, Barbosa de Godóis, Fran Pacheco, Godofredo Viana, Ribeiro do Amaral e Armando Vieira da Silva, entre outros. Esta associação era composta, inicialmente, por quarenta assentos. Tem sua sede própria na rua da Paz, 84, em São Luís – MA (Marques, 2008).

<sup>6</sup> O Instituto de Historia e Geographia do Maranhão, posteriormente Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi fundado em 20 de novembro de 1925, capitaneado pelo irmão de Raimundo Lopes, Antônio Lopes, em sessão inicial na livraria do Sr. Wilson Soares, reuniram-se os intelectuais maranhenses: Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, Domingos Perdigão, José Abranches de Moura, Arias Cruz, João Braulino Carvalho, tendo como

Este Instituto possuía, no ato de sua fundação, membros interessados pela temática arqueológica, e que chegaram a constituir acervos arqueológicos para a sede da agremiação, além de terem realizado pesquisas para identificação de sítios e coleta de material arqueológico.

As pesquisas iniciais ganharam certa institucionalização local com a criação do Instituto de Historia e Geographia do Maranhão e, uma vez que Raimundo Lopes não mais residia no Maranhão, elas foram conduzidas por Antônio Lopes, João Braulino Carvalho e outros intelectuais, que reuniram notícias e acervos arqueológicos para a recém-fundada instituição.

Sobre o papel desta entidade na promoção da arqueologia maranhense, Vaz escreveu que “a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, naquele ano de 1925 demonstra que havia, sim, interesse no desenvolvimento dessa ciência” (Vaz, 2011, p. 3).

Conforme relatado, o regimento de fundação do Instituto de História e Geographia do Maranhão, publicado na Revista n. 01, em 1926, traz consigo as atribuições da referida entidade, em que é clara a alusão às pesquisas arqueológicas no Maranhão:

Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Luíz uma associação científica para o estudo e diffusão do conhecimento da historia, geographia, ethnographia, ethnologia e archeologia, especialmente do Maranhão, o incremento à comemoração dos vultos e factos notaveis do seu passado e a conservação dos seus monumentos [...]. No artigo III. – Promoverá o Instituto: e) Explorações

---

apoiadores, o próprio Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho, entre outros (Lopes da Cunha, 1973).

---

geográficas e archeologicas [...]. Artigo VI – Depois de incorporado o Instituto com qualquer numero de sócios effectivos fundadores, os socios que faltarem para se completar o numero de trinta membros effectivos serão eleitos dentre as pessoas que se dediquem a estudos geographicos, históricos, ethnographicos, ethnologicos e archeologicos sobre o Maranhão e o Brasil [...] (Lopes da Cunha, 1926, p. 61-62).

Sobre as coleções arqueológicas do referido instituto, uma nota publicada na Revista de 1926 listou o material arqueológico existente:

O Instituto de Historia e Geographia empreende a organização mais modesta de uma coleção de material archeologico, historico, ethnographico e geographico do Maranhão e, para esse fim, já se poz em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse material, todos escolhidos entre pessoas cultas e dedicadas. Aos seus agentes baixou as seguintes instrucções para a recolta de objectos destinados à coleção (Lopes da Cunha, 1926, p. 79).

Especificamente sobre o material arqueológico de interesse ao Instituto de História e Geographia do Maranhão, a referida nota citou os elementos que interessavam a instituição:

Instrumentos, armas e outros objectos de pedra lascada ou polida (machados, etc.)

encontrados no sólo ou subsolo, em cavernas, no fundo de lagos, lagoas ou rios. Ossadas humanas ou de animais encontrados em escavações, desbarreiramentos e cavernas, ou no fundo de lagos ou rios. Fragmentos ou peças de loiça de barro (cerâmica) encontrados em escavações ou desbarreiramento, ou nos lagos ou rios. Esteios ou fragmentos encontrados fincados em lagos ou rios. Desenhos ou photographias de inscrições, entalhes curiosos ou esculpturas em serras, morros e rocha (Lopes da Cunha, 1926, p. 80).

Além de notícias publicadas sobre a arqueologia local, outras notícias circularam nacionalmente, a exemplo da carta enviada ao Museu Nacional e publicada no Boletim da instituição com o título *Conchas em Tutoya – Maranhão*, em 1931, no qual Theodoro Sampaio relata as descobertas de Agenor A. de Miranda, que noticiou a existência de sambaquis na costa de Tutoya, na região do Delta do Parnaíba:

Os sambaquis da Tutoya são pouco conhecidos na sciencia dos Americanistas. Leves referencias se tem feito a esses antiquíssimos depósitos de ostra, existentes entre o Pará e o rio Parnhayba. Os da vizinhança de Bragança tinham sido examinados por diversos naturalistas; não me consta, porem, que esses de Tutoya tenham sido visitados por profissionais competentes na matéria (Sampaio, 1931, p. 58).

As descobertas de Miranda ocorreram em 1915, quando ele inspecionava as linhas telegráficas da costa maranhense:

Partimos em lancha para o “porto da Areia”, à 8 horas, onde chegamos com 15 minutos de viagem. Andámos 30 minutos por bons caminhos e chegamos ao lugar “Santo Antonio”, onde há moradores. Ahi um deles nos levou à margem do braço do mar, e, logo, adiante, sobre a barranca alta e escarpada, dominando toda a curva do dito braço, encontrámos uma área quase circular de 10 metros de raio, mais ou menos, ondo há grandes depósitos de cascas de molluscos, mas não acumulados juntamente, e sim misturados com terra de cor preta. Fizemos pequena excavação desmoronando um montículo e não encontrámos camada compacta de cascalho [...]. Atravessámos o braço de mar, denominado Croatá, o qual recebe o córrego das “almas”, que a linha telegraphica corta. Seguimos por um terreno de salinas muito mal feitas, e cerca de 2 kilometros adiante está o sambaqui “do Ricardo”, rico pela potencia de cascalho que apresenta ainda, apesar de muito trabalhado. Fizemos uma excavação e vimos camadas compactas de cascalho. Informaram-me diversos moradores de aquém, que teem encontrado muitos ossos que parecem ser dos Tapuyas, e que enterram novamente esses ossos, mas como não havia quem nos pudesse informar precisamente, regressámos, pedindo eu aos nossos informantes que me mandassem achados quando de outra feita o fizessem (Sampaio, 1931, p. 60).

A retomada institucional das publicações sobre a arqueologia maranhense deu-se com a edição da segunda revista do agora denominado Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, publicada apenas em 1948. Neste exemplar, novas notícias foram dadas sobre a arqueologia do Estado e o acervo arqueológico existente na instituição.

Segundo a bibliografia analisada, pouca coisa mudou no cenário da arqueologia maranhense desde a morte do pesquisador Raimundo Lopes, em 1941. Sem contar as notícias de achados furtivos de sítios e as coletas expeditas de materiais arqueológicos, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão não desenvolveu novas pesquisas ou produziu novos nomes para a arqueologia local.

Os dados levantados por Raimundo Lopes permaneceram como a referência mais importante do Instituto, conforme expôs Antônio Lopes da Cunha:

O instituto organizou uma exposição dos livros, desenhos, autógrafos, retratos de Raimundo Lopes, bem como o material colhido pelo ilustre cientista maranhense nas explorações arqueológicas e geográficas que realizou no Maranhão, assim como das tribus de índios maranhenses que estudou. Na exposição figurou um mapa completo das áreas, jazidas e malocas onde esteve Raimundo Lopes, pelo qual se tem ideia da extensão do território onde ele fez pesquisas científicas tão originais algumas quanto todas eficientes para o conhecimento desses – torrão maranhense – que ele tanto amou (Lopes da Cunha, 1948a, p. 151).

Em nota publicada na mesma revista, Antônio Lopes relatou sobre as condições do Museu do Instituto:

São do conhecimento do público maranhense os prejuízos que sofreu o Museu do Instituto em consequência de fatos a que se alude no princípio dessa revista e nas súmulas das atas de assembleia geral publicadas páginas atrás<sup>7</sup>. Pretendo reabrir em 1949 esse museu, o Instituto pede aos maranhenses de boa vontade lhe mandem material para as coleções geográficas, históricas, etnográficas, arqueológicas (Lopes da Cunha, 1948b, p. 151).

Em 29 de novembro de 1950 faleceu, em São Luís, Antônio Lopes Cunha, grande defensor do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, conservador do Museu contra os repetidos despejos pela falta de uma sede própria. A partir de então, o acervo arqueológico dessa entidade não foi mais referenciado e caiu no esquecimento.

Leopoldo Vaz, membro atual do Instituto, mencionou uma nota referente à 14ª Sessão, ocorrida em 20 de julho de 1939, em que é informada a desorganização do museu decorrente do despejo, motivado pela Revolução de 30 e pelo corte de subsídio (Vaz, 2011, p. 7).

---

<sup>7</sup> Na apresentação do segundo número da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Antônio Lopes, ainda diretor, justificou o tempo transcorrido entre a primeira tiragem da revista e o volume de 1848: “não poucos reveses saltaram o Instituto na vigência do regime político instaurado em fins daquele ano. Uma administração do município de S. Luís retirou o parco auxílio com que eram custeadas as despesas com a revista. Desalojaram a associação, reconhecida de utilidade pública por lei estadual [...], do próprio Estado no qual a instalara o governo de um maranhense, e os seus livros e as coleções do seu interessante museu foram atirados para o escuro e húmidos porões de edifícios públicos, onde ficaram expostos a inevitáveis estragos” (Lopes da Cunha, 1948b, p. 3).



Em números subsequentes desta Revista novos membros permaneceram enviando artigos e notas sobre a descoberta de sítios e de materiais arqueológicos, sem, contudo, avançarem no que já havia apontado Raimundo Lopes. Deste montante, destacam-se relatos que indicaram a existência de sítios arqueológicos em regiões distantes de São Luís, no litoral ocidental e na região centro sul do Estado.

Na Revista n. 3, publicada em 1950, com apoio do Diretório Regional de Geografia, José Silvestre Fernandes apresentou no artigo *Os sambaquis do Nordeste* a existência de sítios arqueológicos no litoral ocidental do Maranhão, afirmando que “quem percorre o litoral dos semi-deltas maranhenses logo tem notícias dos numerosos sernambizais e ostreiras que a indústria local utiliza no fabrico de cal” (Fernades, 1950, p. 5).

Sobre a existência de sambaquis no município de Cururupu, o autor escreveu:

Visitámos no município de Cururupu três sambaquis, nos lugares Areia Branca, Ilha das Moças e Mocambo. O sambaqui Areia branca fica nos subúrbios da cidade, na antiga Frescura. Enfrenta o apicum que ali se abria, outrora largo e hoje bastante estrito [...]. Qualquer estudo que se tente fazer a respeito, convém declarar desde logo, deverá cercar-se de todas as reservas. Diversas autoridades municipais, desde os primeiros tempos em que se levantaram os aterros da ponte que liga aquele subúrbio à cidade de Cururupu, utilizaram-se largamente daqueles depósitos de conchas sem a menor atenção ao que iam encontrando. Conta-se mesmo que muitas ossadas humanas foram levadas ao aterro da ponte. As brancas caveiras não conseguiram

despertar o menor interesse de algumas daquelas autoridades [...] (Fernandes, 1950, p. 6-7).

No sambaqui Areia Branca foram feitas intervenções para averiguação do material arqueológico, conforme descreveu o pesquisador:

Quando lá estivemos, acompanhado pelo prof. Edmundo Silva, fizemos uma visita ao local e colhemos informações dos moradores vizinhos que confirmaram as notícias vinculadas. Procedemos mesmo a uma escavação no local, embora ligeira, no desejo de colher material que nos servisse aos estudos que desejamos realizar. Conseguimos regular material de conchas bivalves e univalvas, vértebras de cação, ossos ventrais de variados peixes e ainda de animais terrestres. Não eram raras as amostras de cerâmica rudimentar, certamente panelas e outros vasos primitivos (Fernandes, 1950, p. 6-7).

Com relação ao segundo sambaqui visitado, Fernandes (1950) escreveu:

O casqueiro da Ilha das Moças fica à margem oriental da ilha, no apicum formado pelo furo que separa essa ilha da massa aluvial que formou o semi-delta de Guajerutiua, entre os estuários de Bacuri-Panã e do Cipotiua e as baías dos Lençóis, Capim e Guajerutiua [...]. Informaram-me que o casqueiro era muito velho e já ali existia quando se levantaram as primeiras moradias. Há outros casqueiros na própria ilha e que não tivemos tempo de observar. O sambaqui apresenta uma extensão média de, talvez, cinquenta metros, com a largura de cinco a seis metros e altura além de

um metro e vinte centímetros. Está coberto de vegetação luxuriante, destacando-se grandes árvores de tronco bastante grosso [...]. Ao embate da enxada, o casqueiro de ressoava oco, mostrando sua formação descontínua. Notei que as amostras de cerâmica eram mal cozidas, sem conseguir, entretanto saber, por escassez de maiores exemplares, a fim a que poderiam ter servido. Certo pedaço de louça apresentava delgado debrum [...]. Era tal a mistura de e tão íntima sua agregação que não temos receio de afirmar que aquele amontoado de restos vários à artificial, resultante da cozinha de homens primitivos que ali estiveram por algum tempo (Fernandes, 1950, p. 9).

Sobre o terceiro sambaqui, denominado de Mocambo, Fernandes comentou:

O sambaqui do Mocambo é muito grande, sendo a maior mina de sernambi que conhecemos até agora. Entende-se à margem dos apicuns que se abrem acompanhando o rio Mocambo e o Tituia, e se intecomunicam com os formados à margem esquerda do Itereré [...]. O sambaqui do Mocambo, cerca de dez quilômetros afastado da linha de costa nova, arrima-se contra antigo litoral continental, contemporâneo das formações das barreiras tão comuns no Maranhão. Com mais de dois quilômetros de extensão, mede cerca de cinco metros de altura, com uma largura muito irregular, bastante apreciável, entretanto. Visitamo-lo em diversos pontos, alguns deles em franca exploração. O sambaqui se formou

em eras remotas, pois apresenta-se em muitos lugares coberto de palmeiras e outras árvores de alto porte [...]. Fomos informados de que já encontraram ossadas humanas, principalmente no trecho que vai representando no cliché desta página [...]. O pouco material que colhemos desse sambaqui foi remetido ao Museu Nacional. Nele predominam os sernambis (Fernandes, 1950, p. 11-13).

Fernandes ainda realizou um estudo comparado entre os três sambaquis, a partir de sua localização, inserção na paisagem e ocorrência de materiais arqueológicos:

Comparando os três conchíferos, Areia Branca, Ilha das Moças e Mocambo, logo percebemos que cada um tem sua história bem interessante, a seu modo. O primeiro pouco acentuado tem suas origens num braço de mar que se infiltrou entre as barreiras terciárias e agora tem o nome de rio Cururupu. O segundo nada mais é do que um “mounds”, resto da cozinha primitiva de nossos aborígenes [...]. O de Mocambo, misto como o primeiro, é o maior de todos. Para ser formado, teria necessidade de enfrentar ondas fortes que, quebrando contra o litoral, lhe trouxessem copioso e vário acervo de despojo (Fernandes, 1950, p. 13-15).

Por fim, o estudo é concluído com a indicação de um quarto sambaqui, situado mais distante da sede de Cururupu, às margens do rio Turiaçu, como se segue:

Quem sobe o rio Turiaçu, a quarenta quilômetros da foz, encontra à sua margem direita o igarapé Serrano, que funciona como desaguadouro dos campos do Serrano, extensa região apaulada que penetra nas terras cururupuenses numa profundidade de, aproximadamente, quinze quilômetros. Em uma de suas pontas de terra conhecida por Bacabal, há um sambaqui e diversos “tinidores”, como vulgarmente são denominados certos trechos que apresentam som especial, metálico, quando são percutidos com um resistente ou mesmo com os pés. O Sr. Liberalino Miranda, um estudioso da região, acha que sejam urnas funerárias que ali se encontram (Fernandes, 1950, p. 16).

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de n. 6, publicada em 1957, foi relatada existência de sítios arqueológicos no sertão maranhense, pelo então diretor da publicação, Olimpio Fialho, que noticiou sua descoberta em *A casa de pedra*, quando de sua visita na cidade de Colinas, em 1934, para construção de uma ponte sobre o rio Itapecuru. Depois de descrever, medir e desenhar as plantas da parte externa da Casa de Pedra, Fialho descreveu o interior da gruta:

Ao entrar, os sertanejos chamaram-me a atenção para sinais inscritos na parede interna, à esquerda. Esguardando êsses sinais, notei que além de sinais desconhecidos havia uns, como letras, legíveis, do alfabeto ocidental, formando até raízes... Fora disso, o que se vê, são sinais inteiramente estranhos e dispersos ao léo, como me parece [...]. Ora, isso, de tais sinais inscritos a boca de uma caverna, dá a meditar sôbre tanto que se tem

estudado e escrito sobre uma remotíssima América e sobre um Brasil pré-histórico (Fialho, 1956, p. 50).

Apesar da diversidade dos sítios arqueológicos maranhenses explicitada nos relatos dos cronistas e literatos, os projetos acadêmicos com escavações arqueológicas orientadas para responder problemáticas sobre a ocupação humana do Maranhão só ocorreram muito tempo depois.

A partir da década de 1960, os institutos e agremiações científicas perderam espaço na produção do conhecimento para as recém-criadas universidades. No Maranhão essa situação não foi diferente, sendo evidente o esmorecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão na linha de frente dos estudos culturais e científicos. Inclusive, houve uma migração desses intelectuais para as faculdades especializadas em cada área do conhecimento ou institutos de pesquisa.

Semelhantemente ao trabalho pioneiro de Raimundo Lopes nas décadas iniciais do século XX, o arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, Mário Ferreira Simões, realizou os primeiros projetos arqueológicos do que se pode denominar de arqueologia científica ou acadêmica no Maranhão, com a preposição de hipóteses e problemas de investigação, por meio de escavações arqueológicas e da divulgação dos resultados obtidos.

Antes de iniciar suas pesquisas no Maranhão, Mário Ferreira Simões e equipe desenvolviam estudos nos sambaquis do litoral do Salgado, no Pará. Foi a partir dessas pesquisas que a antiguidade da cerâmica na região litorânea do Pará ficou constatada, com datações obtidas pelo método de  $C^{14}$ , que situou a produção cerâmica dos grupos ocupantes dos sambaquis em torno de 3.000 a 1.600 a. C. (Simões, 1981).

No entanto, esta nova fase da arqueologia maranhense é palco para outra história!

## Considerações Finais

Em síntese, este artigo sistematizou as fontes até então dispersas, que diretamente ou indiretamente auxiliaram na construção do conhecimento arqueológico no Estado do Maranhão. Tarefa árdua, pois a grande maioria das publicações não está em bibliotecas públicas, sendo necessário um *tour de force* para acessar coleções particulares e bibliotecas privadas.

No decorrer deste artigo, a narrativa abordou as contribuições dos cronistas, viajantes e pioneiros na construção da arqueologia maranhense, seja pela contribuição inequívoca dos primeiros relatos dos séculos XVII e XVIII e as primeiras tentativas de compreender as ocupações indígenas no Estado, ocorridas nos séculos XIX e XX.

A perspectiva histórica adotada neste estudo permitiu, grosso modo, enfocar dois momentos que caracterizaram a produção do conhecimento das populações indígenas, atualmente incorporados no discurso da arqueologia: Período dos Relatos de Cronistas e Viajantes dos Séculos XVII E XVIII e o Período Descritivo - Classificatório dos séculos XX.

Na coleta e análise da documentação histórica concluiu-se que os relatos dos cronistas, religiosos e viajantes foram fontes essenciais para compreender a localização dos sítios arqueológicos e o modo de vida e cultura material dos grupos indígenas que habitavam o Maranhão no diferentes momentos históricos, desde o contato inicial com os europeus.

Destacaram-se neste momento as obras dos capuchinhos franceses Claude D’Abeville, Yves D’Evreux; e dos portugueses, o militar Francisco de Paula Ribeiro e o Tenente Antônio Bernardino Pereira Lago. O material produzido por estes autores permitiu conhecer as distintas etnias que ocuparam o território maranhense, em especial a Ilha de São Luís e regiões vizinhas, a Baixada Maranhense e o Sul do Estado.

Cabe destacar que a documentação associada ao Período dos Relatos de Cronistas e Viajantes dos Séculos XVII e XVIII não foi elaborada para fins arqueológicos e seu caráter foi muito mais de informar as autoridades sobre a população indígena do Estado. Por este motivo, as longas descrições enfocaram em minúcia aspectos curiosos, que contrapunham o comportamento do indígena em relação ao do europeu.

No período Descritivo-Classificatório o discurso observado na documentação levantada demonstrou certa intencionalidade na produção do conhecimento, com tentativas de análise e interpretação do universo descrito, destacando, inclusive, a existência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís e regiões vizinhas.

Data deste momento a identificação e descrição dos sambaquis maranhenses, os sítios de pinturas rupestres e as antigas habitações lacustres da Baixada Maranhense, denominadas de estearias. Além disso, muitos relatos abordaram achados arqueológicos furtivos, principalmente na abertura de estradas e quando da construção de casas.

A existência de associações científicas e literárias facilitou a publicação e circulação destes estudos, com notas de destaque sobre o patrimônio arqueológico maranhense, principalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, que teve uma atuação marcante de Antônio Lopes da Cunha.

Um aspecto relevante na análise foi à percepção da contribuição pioneira no estudo e promoção do patrimônio arqueológico do Maranhão do geógrafo Raimundo Lopes, irmão de Antônio Lopes da Cunha, que produziu uma farta documentação sobre a arqueologia maranhense, quando pesquisador do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Além destes, nomes ilustres relataram a presença de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, como pôde ser notado nas obras de Curt Nimuendajú e Adolfo de Varnhagen.



Um ponto central percebido no levantamento de fontes foi o pioneirismo da intelectualidade maranhense em tratar o patrimônio arqueológico local, fazendo coro com outros ativistas do país, no que concernem a proteção e preservação dos sítios arqueológicos.

Este pioneirismo não se reverteu na inserção da arqueologia nos meios acadêmicos formais, sendo que o primeiro projeto acadêmico foi desenvolvido por pesquisadores de outro Estado, apenas na década de 1960. Este período, caracterizado como Classificatório-Interpretativo (1960-1990) será pauta de outro artigo.

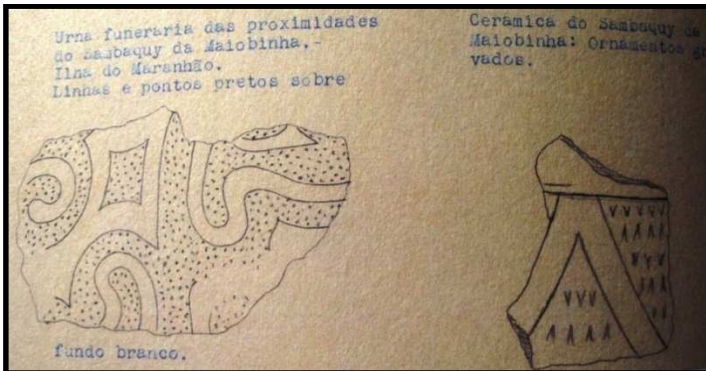
### Figuras



**Figura 01**

Reconstituição hipotética da localização das aldeias indígenas em São Luís, no início do século XVII, quando da chegada dos franceses.

Fonte: Noberto, 2012



**Figura 02**

Reprodução de fragmentos cerâmicos encontrados no entorno do sambaqui da Maiobinha feita por Curt Nimuendajú, em 14 de outubro de 1928, para o seu colega Carlo Estevão.



**Figura 03**

Da direita para esquerda, segundo da foto, Raimundo Lopes, acompanhado de acadêmicos da época, como Claude Lévi-Strauss, Ruth Landes, Charles Wagley e Luís de Castro Farias. Foto publicada em *Ciência Hoje*, em 1985.

Fonte: Corrêa, 1988

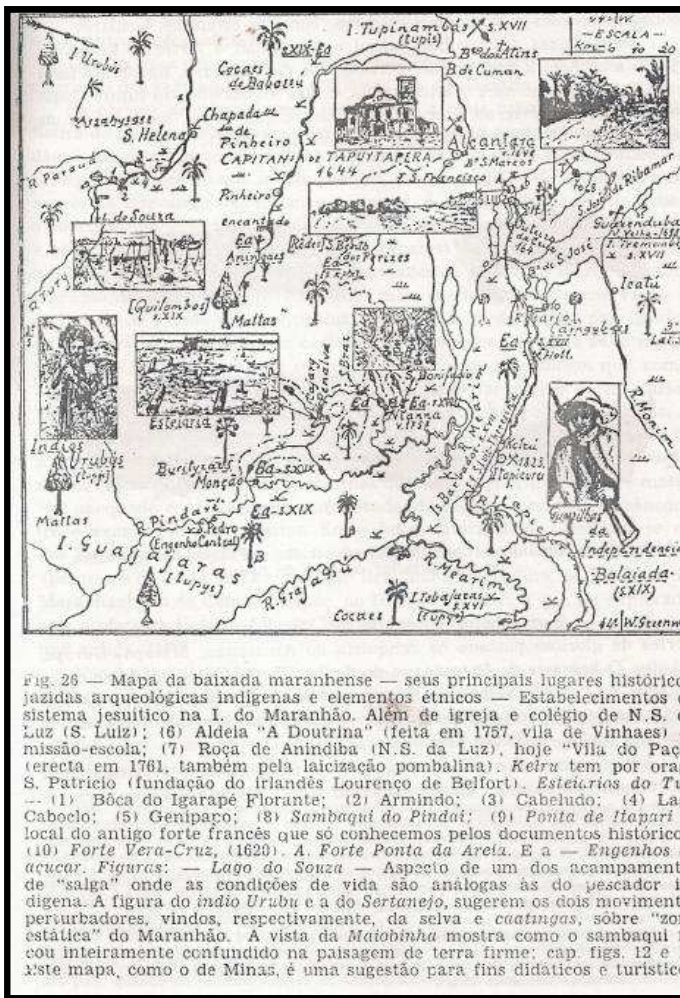
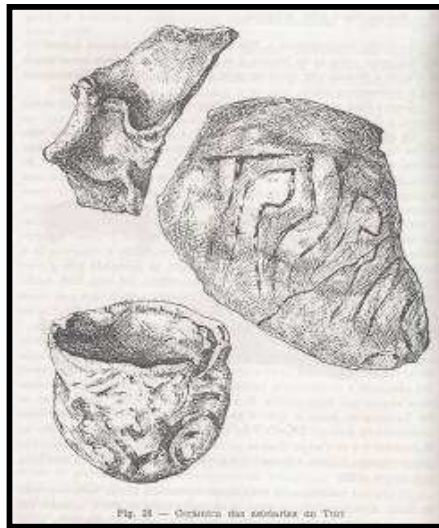


Figura 04

Mapa das aldeias e sítios arqueológicos da Baixada Maranhense e Ilha de São Luís, produzido por Raimundo Lopes, em 1931.

Fonte: Lopes, 2007



**Figura 05**

Recipientes cerâmicos encontrados nas estearias do Maranhão e coletados nas estearias do lago Turi.

Fonte: Lopes, 2007



**Figura 06**

Detalhe para incisões das bordas coletadas nas estearias do lago Turi.

Fonte: Lopes, 2007



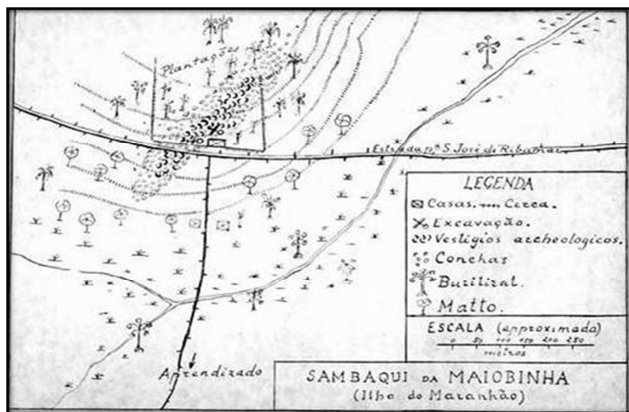


Figura 07

Croqui do sambaqui da Maiobinha, com destaque para a estrada de São José de Ribamar, que corta o sítio arqueológico ao meio.

Fonte: Lopes, 2007

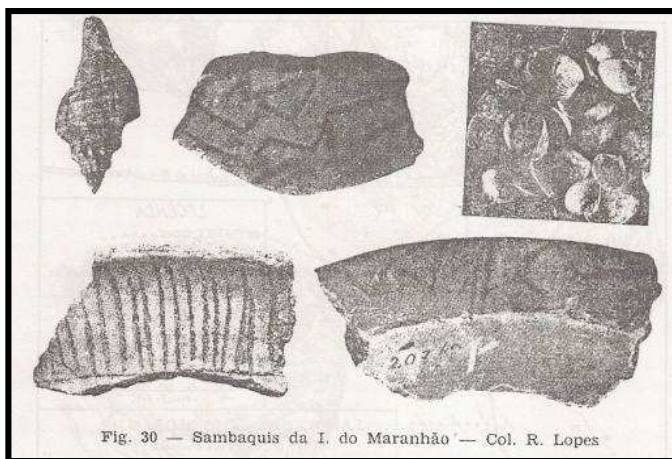
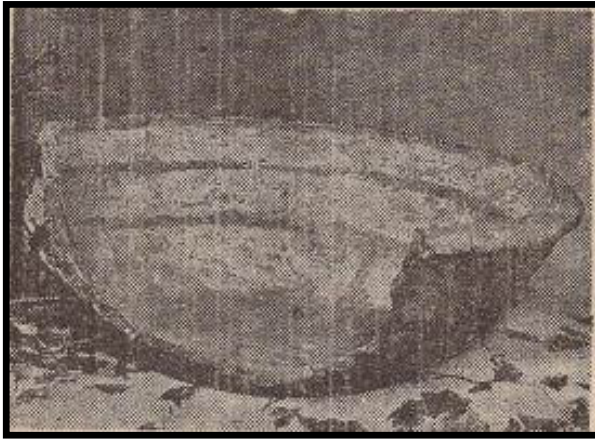


Fig. 30 — Sambaquis da I. do Maranhão — Col. R. Lopes

Figura 08

Material arqueológico coletado nos sambaquis da Ilha do Maranhão, denominada de Coleção Raimundo Lopes, depositada no Museu Nacional, Rio de Janeiro.

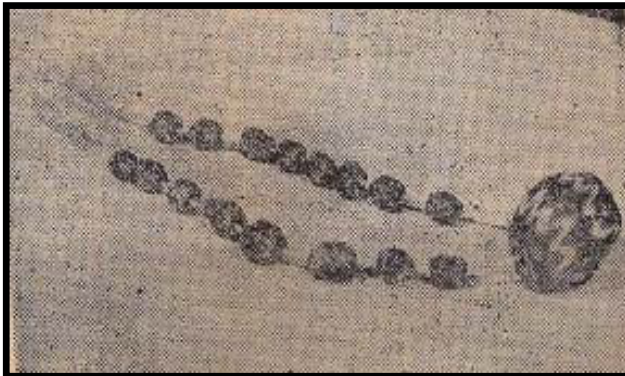
Fonte: Lopes, 2007



**Figura 09**

Urna com características filiadas à Tradição Tupiguarani, Subtradição Tupinambá, com clara indicação das faixas e frisos sobre engobo branco.

Fonte: Carvalho, 1956



**Figura 10**

Colar de pedra já montado, com contas de vidro de diversos tamanhos e formatos.

Fonte: Carvalho, 1956



**Figura 11**

Sambaqui do Mocambo, em Cururupu – MA.

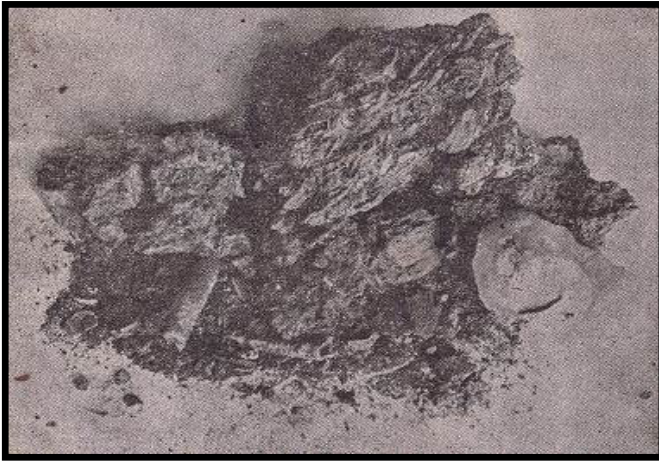
Fonte: Fernandes, 1950



**Figura 12**

Sambaqui não nominado, em Cururupu – MA.

Fonte: Fernandes, 1950



**Figura 13**

Amostra de conchas e sedimento retirados dos sambaquis de Cururupu e enviada para o Museu Nacional.

Fonte: Fernandes, 1950



**Figura 14**

Pinturas rupestres da Casa de Pedra.

Fonte: Arkley Bandeira, 2003



### Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, A. M. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. Tese de Doutorado. 2013. Tese. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- BARROS, E. M. M. Imperatriz: memória e registro. Imperatriz – MA: Ética, 1996.
- CARVALHO, J. B. de. Nota sobre a arqueologia da Ilha de São Luís. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. v. VII, n. 6, p. 7-8. São Luís, 1956, 146 p.
- CORRÊA, M. Traficantes do excêntrico – os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_06/rbcs\\_06\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs_06_05.htm)>. Acesso em: 23 de julho de 2012.
- D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.
- D'ÉVREUX, Yves de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- DUNNELL, Robert C. Methodological Issues in Contemporary Americanist Archaeology. In Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association. EUA: Symposia and Invited Papers, v. 2, p. 717-744, 1984.
- FRANKLIN, A. Breve história de Imperatriz. Imperatriz, MA: Ética, 2005.
- FRANKLIN, A. & CARVALHO, J. R. F. Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz - MA: Ética, 2007.
- FERNANDES, J. S. Os sambaquis do Nordeste. Revista de Geografia e História, Ano 3, São Luís, 1950.
- FERREIRA, L. M. Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial

- (1838-1870). *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: Universidade Federal de Ponta Grossa, v. 16, n. 2, 1999.
- FIALHO, O. Casa de Pedra. *Revista do Instituto Histórico e geográfico do Maranhão*. São Luís, ano VII, n. 6, p. 47-51, 1956.
- FUNARI, P.P.A. Brazilian archaeology: a reappraisal. In POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (eds.) *Archaeology in Latin American*. Nova York: Routledge, p. 17-37, 1999.
- LAGO, A. B. P. *Itinerário da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001b.
- LOPES, R. O torrão maranhense. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
- \_\_\_\_\_. A Civilização lacustre no Brasil no Boletim do Museu Nacional. v. 1, n 2. jan. 1924.
- \_\_\_\_\_. Entre a Amazônia e o sertão. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 7 v.3 p. 59-60, 1931.
- \_\_\_\_\_. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.1, Rio de Janeiro: MEC, 1937, p. 77-106, 204 p.
- \_\_\_\_\_. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Antropogeografia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1956. (Edição fac-similar comemorativa ao centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras, São Luis: AML, 2007).
- LOPES DA CUNHA, A. Um achado archeologico. *Geographia e História*. *Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*. Ano I, n. 1, 1926, p. 77. São Luís, 1926, 98 p.
- \_\_\_\_\_. As collecções do Instituto. *Geographia e História*. *Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*. Ano I, n. 1, 1926, p. 77. São Luís, 1926, 98 p.
- \_\_\_\_\_. Proteção à natureza e aos monumentos. *Geografia e História*. *Revista do Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão*. Ano II, n. 1, p. 157. São Luís, 1948a, 160 p.

- \_\_\_\_\_. Seções Magnas de 1948. Geografia e História. Revista do Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano II, n. 1, 1948, p. 151. São Luís, 1948b, 160 p.
- \_\_\_\_\_. O Museu do Instituto. Geografia e História. Revista do Instituto de Histórico e Geográfico do Maranhão. Ano II, n. 1, p. 158. São Luís, 1948c, 160 p.
- \_\_\_\_\_. Instituto histórico. In: Estudos diversos. São Luís: SIOGE, 1973.
- \_\_\_\_\_. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008. Notas em MARQUES, C. A.
- MARQUES, C. A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl São Luís: Edições AML, 2008.
- MENDONÇA DE SOUZA, A. A. C. História da arqueologia brasileira. Pesquisas. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, v. 46, 1991.
- NIMUENDAJU, C. Cartas do Sertão de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e notas: HARTMANN, Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.
- NOBERTO, A. (Org.). França Equinocial: uma história de 400 anos em textos, imagens, transcrições e comentários. São Luís: Projeto Gráfico Editora, 2012.
- PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- SAMPAIO, T. Conchaes em Tutoya-Maranhão. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, 1931.
- SIMÕES, M. F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série, Belém, n. 78, 1981a.
- SOUZA, A.M. Dicionário de arqueologia. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.
- TORRES, H. A. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. Revista do Serviço do

- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, MEC: Rio de Janeiro, 1937, p. 77-106, 204 p.
- TRIGGER, B. G. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- VARNHAGEN, F. A. História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomos 1 e 2. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- VAZ, L. G. D. “Um achado archeologico” – O IHGM e a pesquisa arqueológica no Maranhão. In: Caderno de resumos do Seminário Nacional Arqueologia e Sociedade: construindo diálogos e parcerias para a preservação do patrimônio arqueológico do Maranhão. IPHAN. São Luís, 2011.
- WILLEY, G. R.; SABLOFF, J. A. A history of American Archaeology. Nova York: W. H. Freeman, 1993.

Recebido em: 15/02/2013  
Aprovado em: 03/04/2013  
Publicado em: 06/05/2013